



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VII - Nº 124 - 1ª QUINZENA DE JANEIRO DE 1997 - R\$ 1,00

O governo quer prolongar o mandato de FHC com a reeleição. Os reformistas e seus aliados querem manifestações de pressão sobre os parlamentares, o que implica aceitar FHC até 98 e depositar esperanças na via eleitoral (Lula presidente). Esse caminho é o da derrota.

Nenhuma trégua ao governo!

Abaixo o governo antinacional e antipopular de FHC e seu plano de fome!



**Protesto contra o Mercosul é reprimido em Fortaleza
Unidade latinoamericana na luta antiimperialista**

Que o governo do Peru atenda as reivindicações do Tupac Amaru e solte os presos políticos!

Prosegue a destruição da educação em São Paulo. Respondamos com a luta em defesa do ensino público e gratuito para todos e fim do ensino privado

A Quinzena de Luta do Movimento Operário

Os operários devem ser firmes em suas reivindicações econômicas. Não abrir mão da reposição salarial da inflação, do aumento real de salário. Não abdicar das reposições, ditadas nos planos econômicos dos governos anteriores, que expropriou os salários. Não se desfazer dos direitos sociais e trabalhistas adquiridos na luta contra a exploração capitalista pelo movimento operário.

Não se desfazer dos direitos sociais e trabalhistas adquiridos na luta contra a exploração capitalista pelo movimento operário.

Salário Mínimo Vital

A reivindicação do salário mínimo vital foi abandonada pelas direções sindicais e pelos partidos que se dizem dos trabalhadores e de oposição ao governo. A lei sobre salário mínimo diz, no artigo 76 da CLT, que o salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, capaz de satisfazer em qualquer região do País as suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e Previdência Social.

Comitês de Fábrica e a luta anticapitalista

A organização dos trabalhadores nos locais de trabalho é a forma encontrada pela base operária para combater as negociações fajutas dos pelegos e fazer valer a força social da classe operária. As atuais direções sindicais, que dependem economicamente dos capitalistas, através dos descontos da taxa assistencial, não podem levar uma luta séria contra os seus receptadores, mesmo agora que o governo fala em acabar com as contribuições.

Os comitês de fábrica devem expressar a vontade dos operários e são fiéis aos métodos de luta da classe operária. A decretação de uma greve, logo é descartada pelas atuais direções sindicais para esperar resposta dos patrões. Os comitês, ao contrário, colocam a luta

de classes (patrão e operário) dentro da fábrica e questionam tanto com os sindicalistas como com os patrões quem é a força motora-social da fábrica-propriedade privada. Desde se contrapor aos abusos patronais acobertados por certos delegados sindicais, exigência no cumprimento dos acordos coletivos, pagamento em dia dos salários, depósito do FGTS, contra o fechamento das fábricas etc.

* Vidreiros da Flot Line fazem greve e recebem o salário e a primeira parcela do 13º atrasados.

* Peões da Ibérica (Company Engenharia de Construção) desligam guinchos contra calote da empreiteira e recebem salário.

* Joalheiros da Dimep paralisam por 11,84% referente as perdas salariais. Patronal oferece 6% parcelado em duas vezes. Sindicato quer negociar em separado.

* Operários da Coca-Cola (Spal) de São Paulo fazem protesto em frente à fábrica e conquistam antecipação de PLR de 97 para todos os 6.500 operários do Estado.

* Metroviários continuam operação-tartaruga.

* Metalúrgicos da Sachs fazem greve de 5 dias contra demissões anunciadas.

* Greve dos trabalhadores da Fanavid de Cumbica se amplia para a unidade da Barra Funda.

* Vidreiros da Fanavid retornam ao trabalho após 5 dias de greve.

* Frigoríficos recebem 9,14% de reajuste parcelados em novembro e março. Swift faz greve de uma hora para pressionar patrão.

* Metalúrgicos da Eletrolux de Guarulhos ficam desempregados com a transferência da multinacional para Curitiba. Depois de comprar a Refripar, fábrica de geladeiras e freezer Prosdócimo e a Oberdorfer, que produz aspirador e máquina de lavar Wap, a Eletrolux joga os operários na rua.

* Químicos da Rhodia atrasam entrada de turno por duas horas e patrões marcam negociação. Desistem de vestir camisetas vermelhas na festa de natal na fábrica com as inscrições "Rhodia, queremos aumento salarial".

* Têxteis de São Paulo negociam proposta em separado. Após recusar oferta patronal de 7,5% em duas parcelas, têxteis da Alpargatas voltam atrás. Zorba paga 10% de reposição. A.A. Ferro concede 10% em novembro e 7% em maio.

* Têxteis de São Bernardo e Diadema aprovam reposição salarial de 7,5% parcelados em dezembro, janeiro e fevereiro.

* O Comando Nacional de Distribuidores de combustíveis rejeitam reajuste de 7% e R\$ 45,00 de abono.

* Para desmobilizar os bancários, a Caixa Econômica Federal deposita nas contas dos funcionários abono de R\$ 1.000,00. Os bancários são contra o abono e reivindicam reposição de 10,8% e R\$ 1.554,00 de adiantamento retroativo a setembro, incluindo aposentados e pensio-

nistas.

* Aeroviários e aeronautas fazem passeata na avenida próxima ao Aeroporto de Guarulhos. Seguranças e policiais interveem para liberar as pistas da avenida. Com data-base em dezembro, as empresas querem negociar até março e pagar em junho de 97. Os trabalhadores devem exigir reposição salarial já.

* A direção do sindicato dos carteiros insiste em negociações quando a resposta dos explorados contra a intransigência dos é a greve. Com um salário de R\$ 280,34 (inicial de 252,32) manifestação dos carteiros, no dia 4/12, por reajuste (8,8%) da inflação, aumento real de salário, manutenção da data-base em dezembro e a readmissão de 6.000 trabalhadores foi reprimida a golpes de cassete e ameaça de arma de fogo por segurança na agência central. A ECT exige mudança da data-base para julho e corte de benefícios em troca de reajuste de 3,27%, abono de 60% do salário base mais R\$ 200,00 fixos. Com a resistência dos carteiros, a empresa endurece e suspende proposta.

A luta anticapitalista e antiimperialista: em defesa da estatização.

Como tem acontecido em outros setores, como telecomunicações, petróleo, energia e mesmo nos transportes, como as rodovias federais, chegou a vez dos portos brasileiros serem privatizados. As grandes empresas capitalistas e os bancos aguardam abertura da licitação em 29 de janeiro para abocanhar mais uma fatia da economia estatal nacional.

O Banco Mundial (Bird) empresta R\$ 50 milhões ao governo para pagar indenizações aos portuários de Santos. Serão 4.700 portuários demitidos: todos os 2.700 da capatazia e dos 2.500 em funções administrativas, o ministro dos Transportes calcula que "500 são mais que suficientes". No Rio de Janeiro, serão demitidos 1.200, com indenização de R\$ 40 milhões.

O ministro, ainda faz demagogia quando fala de requalificar os portuários antes de desempregá-los. Segundo ele "seria um absurdo colocar duas mil pessoas de uma hora para outra na rua na Baixada Santista" e por isso terão antes um treinamento. Na verdade, serão 4.700 portuários demitidos.

Centrais Sindicais na Reunião de Cúpula do Mercosul

As centrais sindicais do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile, Bolívia realizam passeata em Fortaleza e são reprimidos pela tropa de choque. Os sindicalistas querem participar da discussão sobre a Área de Livre Comércio das Américas a ser constituída até o ano 2005.



A crise da emenda da Reeleição

Após as eleições municipais, contando com a disposição da cúpula do PFL para ajudar, pensava-se que a emenda da reeleição de FHC tramitaria sem grandes problemas no Congresso. Aparentemente, a grande parcela que se mostrava indecisa na Comissão de Constituição e Justiça seria ganha pelo governo através de negociatas e concessões. Parecia que uma parcela dos deputados estava apenas "valorizando" os seus votos. Mas a convenção do PPB, os escândalos de quebra de sigilo bancário no Banco do Brasil, a disputa entre governistas pela presidência da Câmara e a crise interna no PFL mostram as dificuldades concretas de efetivar a reforma política.

O PPB malufista decidiu colocar-se contra a emenda da reeleição. Mas sua convenção evidenciou um partido dividido entre malufistas (maioria) e governistas (minoria), e não fechou questão a respeito, pelo temor de um racha. Mas a posição anti-reeleição de Maluf encontra apoio em uma fração do PFL, e busca uma aliança anti-reeleição com os partidos da esquerda reformista.

A denúncia contra parlamentares malufistas devedores do Banco do Brasil, a partir de uma lista pedida pelo governo através de Eduardo Jorge, aumentou a crise da reforma política. O governo pretendia utilizar a lista para pressionar malufistas a aprovarem a reeleição. O vazamento da informação foi utilizado por Maluf para denunciar a chantagem do governo e levou à demissão de altos funcionários do Banco do Brasil.

Até mesmo o PSDB também trava sua luta interna ao redor da reeleição. Na disputa da presidência da Câmara, o PSDB acertou um acordo com o PMDB para defender o nome do deputado paulista Michel Temer, contra o PPB. Mas o peessedebista Wilson Campos, de Pernambuco e oriundo da antiga Arena militarista, mantém sua candidatura e expõe a divisão do partido governista. A conquista da presidência da Câmara é fundamental para a votação da emenda da reeleição.

A reeleição é o caminho visto pela maioria das frações burguesas para sustentar o plano econômico e manter um mínimo de estabilidade política. A continuidade, ainda que instável, do plano Real e da aplicação das reformas antinacionais e antipopulares depende de se manter a atual aliança governamental, ainda que com concessões para um ou outro lado.

Os partidos de esquerda estão mergulhados em se opor à reeleição, que prejudicaria as pretensões da Frente

Popular em 1998. Negam-se a travar a luta direta contra o atual governo e chamar as massas a lutarem nas ruas pela derrubada integral do plano antinacional e antipopular. Dessa forma, suas diferentes posições sobre a reeleição levam todas à prostração política até 1998, à rejeição à luta imediata, a uma espécie de "cheque em branco" ao governo FHC até 1998.

O PT trava a luta institucional pelo plebiscito. Está aliado ao malufismo contra a reeleição e reivindica que se encaminhe a decisão através das urnas. Primeiro defende um distracionismo eleitoral em relação ao governo que está em plena ofensiva contra os direitos sociais, destrói os serviços públicos, eleva impostos etc. Segundo, defende um plebiscito sem denunciar o caráter antidemocrático que predomina na legislação eleitoral atual, que impede a formação de partidos que se oponham à legalidade burguesa e favorece amplamente os partidos capitalistas, dando-lhes mais espaço na propaganda etc. Sequer reivindica iguais condições de campanha política.

A esquerda revisionista do marxismo (PSTU) mergulha-se na idéia de "sair às ruas contra a reeleição". Se fosse mais sincero, diria "sair às ruas para defender Lula presidente em 1998". Esse é ou não é o conteúdo da política do PSTU? Claro que sim. E significa adiar a luta contra as reformas neoliberais para depositar todas as esperanças num governo da Frente Popular. Já é uma idiotice esperar que o reformismo, que incorporou a ideologia da "globalização" e "modernidade", seja capaz de lutar contra o neoliberalismo. Esperar que o faça daqui a dois anos é pior: é rejeitar a luta imediata contra o plano de fome e o governo FHC.

Os trabalhadores precisam sair sim às ruas já, com a bandeira de "Abaixo o governo antinacional e antipopular de FHC e seu plano de fome". Para isso, precisam pôr de lado as políticas eleitoreiras e distracionistas (à moda PSTU) e romper com o colaboracionismo de classe do reformismo (PT e aliados).

Um Brasil submisso em Singapura

O encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Singapura, não fez mais do que mostrar o poderio dos Estados Unidos e a submissão dos países semicoloniais. As potências utilizam essas reuniões para negociarem entre si seus interesses e se imporem perante o restante do mundo. Desta vez, tais interesses giraram em torno do mercado de informática e telecomunicações. Os Estados Unidos pretendiam uma abertura total, uma vez que é o maior controlador desse ramo e se vêem barrados pelo protecionismo europeu, japonês etc. Assim, negociaram o ritmo de suas negociatas e os demais países ficaram a ver moscas.

O Brasil e Argentina levantaram o problema do protecionismo norte-americano e europeu sobre os produtos agrícolas. Simplesmente foram ignorados. O imperialismo não necessita negociar absolutamente nada com os anões do capitalismo. Para eles, basta ordens de comando vin-

das das metrópoles. A diplomacia dos países semicolonias nesses fóruns do capital financeiro e das multinacionais só serve de enfeite e de propaganda interna.

A chamada nova ordem e globalização foi bem expressa no encontro de Singapura. As potências negociam válvulas de escape para a crise de superprodução e os países semicolonias arcam com todo o peso da quebra do sistema mundial. Somente os reformistas e os tontos, como Lula, podem dizer que a "globalização" é uma nova fase em que se desaparecem os Estados nacionais e que é irreversível. Na realidade, nada mais são do que conceitos ideológicos criados pelo imperialismo, para obscurecer o recrudescimento de sua ofensiva contra os povos oprimidos.

NACIONAL



Crise dos estados e municípios

A maioria dos governos estaduais afirma que não sabem como pagarão as contas de final de ano. Atestam que os caixas estão vazios e que a dívida aumentou muito. Por sua vez, centenas e centenas de prefeitos dizem o mesmo. A ponto de não terem como pagar o décimo terceiro salário dos funcionários. Assim, apresentam a maioria dos estados e municípios falidos. O curioso é que o governo federal responde que têm privilégios fiscais, uma vez que recebem uma bolada e não têm muitas obrigações financeiras a cumprir. Inclusive, um dos objetivos da reforma fiscal e tributária é o de reduzir a participação dos estados e municípios na arrecadação.

Nesse mesmo sentido, a reforma neoliberal transfere para os municípios tarefas como a sustentação da

saúde e escola públicas. Aproveitando-se da crise, o governo federal exige que os estados e municípios desestabilizem, fechem instituições, acabem com os bancos estaduais e demitam em massa o funcionalismo.

É interessante como a burguesia se utiliza dos problemas do seu próprio regime capitalista para implantar medidas contrárias ao interesse do país. Expliquemos: a falência dos estados e municípios é motivo de justificativa para se implantar o Plano antinacional e antipopular ditado pelo imperialismo. Os dados indicam que a arrecadação vem aumentando e que o funcionalismo está há dois anos sem reajuste. Qual é a fonte então da falência? É a do parasitismo financeiro da própria burguesia que suga as finanças do estado através do processo de endividamento. Inclui-se aí a tremenda corrupção governamental.

O resultado disso é que os trabalhadores não recebem em dia o 13º e, em alguns casos, têm os salários atrasados em mais de três meses como no caso do estado de Alagoas. A solução pela via das privatizações, demissões etc não fará senão desagregar ainda mais o país, uma vez que

incentivará mais ainda o parasitismo da burguesia putrefata.

Os escândalos como o da Comissão de Orçamento e o dos precatórios (emissão de títulos estaduais para pagamento referente a sentenças judiciais) estão vinculados aos favorecimentos de alguns grupos econômicos e do capital financeiro. Os governos desperdiçam uma fábula para proteger a oligarquia parasitária. Depois, jogam a culpa nos funcionários, nas empresas estatais etc. Vemos que o capitalismo não tem outra forma de funcionar senão esbanjando, corrompendo e esmagando a vida das massas.

Frente a isso, a burocracia sindical se mostra paralisada. Isso quando não é conivente. A sua "melhor" orientação é a do controle dos gastos dos prefeitos e governadores. Trata-se da ridícula reivindicação de transparência das contas públicas. Denunciamos essa capitulação e defendemos a via da mobilização e da organização unitária e independente dos trabalhadores contra o ataque dos capitalistas. Nada de privatizar, nada de demitir e nada de aumentar impostos sobre os trabalhadores. Que os capitalistas paguem sua própria crise!

Para que serve a lei do rito sumário?

A direção do MST vinha fazendo campanha favorável à Lei do rito sumário feita pelo governo, para que fosse aprovada no Congresso. Essa lei consiste na regulamentação que permite ao governo desapropriar as terras e poder em prazo mais curto de tempo utilizá-las para assentamentos. Anteriormente, via de regra, os fazendeiros impossibilitavam as desapropriações através de medidas judiciais, que levavam cerca de 5 anos para serem resolvidas.

Com o rito sumário,

o governo diz que agora poderá avançar a sua "reforma agrária". Na verdade, não passa de uma manobra para ludibriar os sem-terra e ganhar tempo nos conflitos. Nessa mesma lei, há uma cláusula que faz ressalva às terras sob ocupação de camponeses. O que quer dizer que não poderá ser aplicado o rito sumário nessas condições. E há um prazo de 5 anos aos latifundiários "improdutivos" para que se ajustem à nova legislação. Como se vê, a lei do rito sumário a ser utilizada contra o próprio MST e em benefício dos "improdutivos".

É preciso rechaçar qualquer ilusão em torno de uma reforma agrária que virá pelas mãos do Estado burguês e seu governo. Estes estão a serviço dos latifundiários e não dos camponeses pobres. Temos insistido que o método dos assentamentos só

serve para enganar os trabalhadores do campo e conservar a estrutura fundiária vigente. Trata-se, portanto, de denunciar todas as iniciativas do governo, alertando sobre sua finalidade contra-revolucionária. A tarefa colocada é a da revolução agrária, que liquidará a estrutura geral latifundiária através do método direto da ocupação de terras.

O proletariado e os camponeses unidos, através de uma sólida aliança dos explorados, poderão derrotar a burguesia latifundiária. Isso porque as transformações agrárias serão subprodutos da revolução proletária. Qualquer ilusão numa reforma agrária vinda da burguesia e circunscrita nos marcos do capitalismo só tem serventia aos latifundiários. Rejeitá-la significa se colocar pelo programa antiimperialista e anticapitalista.

ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

ASSINATURAS: 12 NÚMEROS: R\$ 15,00 - FALE COM DISTRIBUIDOR DESTE JORNAL



Manifestação contra a reunião do Mercosul

O ato e a passeata contra os governos do Mercosul mostraram bem a fisionomia de Fernando Henrique Cardoso e Tasso Jereissaiti do PSDB. Estes montaram um operação de guerra para impedir a aproximação dos manifestantes ao local de reunião do Mercosul.

No dia anterior, armou-se um bloqueio nas rodovias para impedir a chegada dos ônibus da CUT e sindicatos. As forças policiais pareciam aguardar invasores externos, como se estivesse prestes a estourar uma guerra. No dia do próprio ato, foi posto nas ruas um esquema militar constituído do batalhão anti-sequesto, tropas de choque e todo tipo de polícia. O resultado foi a brutal repressão à marcha, que saindo da Universidade Estadual do Ceará procurava chegar até Passaré, onde estavam os representantes da burguesia latino-americana e do imperialismo.

Essa atitude totalitária do governo FHC/Tasso está de acordo com as características atuais da democracia burguesa. Por isso, não foi surpresa alguma a resposta militarista dada pelas autoridades brasileiras à manifestação contrária ao Mercosul, por esse representar a unidade capitalista, sob o tacão do imperialismo, contra as massas trabalhadoras. Tais governos têm seguido as diretrizes neoliberais ditadas pelas potências, tendo à frente os Estados Unidos. Todos eles vêm sucateando a indústria nacional em função abertura pró-imperialista, entregando as estatais e implantando medidas que destroem empregos e conquistas sociais.

A chamada integração latino-americana é uma falácia. O capitalismo mundial está em crise e arrasta para o precipício as semicolônias de nosso continente. As frações da burguesia latino-americana se mostram caducas, reacionárias e venais. Não podem assim fazer frente às pressões das potências, que necessitam desesperadamente proteger o capital financeiro parasitário e as multinacionais envolvidas na crise de superprodução.

Ao invés da unidade antiimperialista, os governos brasileiro, argentino, uruguaio etc preparam o caminho para o mais violento entreguismo. Quem paga a conta são os operários, camponeses e classe média arruinada. Os explorados têm de arcar com o desemprego crescente, com os cortes salariais, com a expulsão das terras e com a chamada flexibilização do

trabalho, cuja essência é liquidar com direitos trabalhistas mais elementares.

Foi contra isso que o Partido Operário Revolucionário trabalhou na organização do ato e atuou ativamente na marcha, guiado pela estratégia da revolução proletária e dos Estados Unidos Socialistas da América Latina e do mundo. Porém, não foi essa a intenção da burocracia cutista e dos reformistas do PT. Esses pretendiam fazer uma manifestação circunscrita à defesa "dos direitos sociais no Mercosul". A hipocrisia dessa bandeira é evidente. O Mercosul é a unidade capitalista contra os explorados. Não é possível que assegure os interesses dos trabalhadores.

Dessa forma, duas orientações estiveram presentes nos acontecimentos. Está aí por que a burocracia sindical e os reformistas não queriam que o POR tivesse acesso à tribuna. Em seu panfleto o POR deixava claro a linha da luta de classes e do internacionalismo proletário contra os governos do Mercosul e do imperialismo. Assim, os burocratas procuram impedir que o POR se pronunciasse no ato. Mas as pressões das correntes de esquerda e das bases, excetuando a neutralidade do PSTU e a conivência do PCdoB com a burocracia, impuseram nosso direito de expôr as bandeiras revolucionárias.



O mais grave foi o fato da burocracia pretender circunscrever a manifestação ao centro da cidade, bem distante do local da reunião do Mercosul. Essa conduta era fruto de um acordo de cúpula feito com o governo de Jereissaiti. Porém, a disposição dos manifestantes em marchar até Passa-

ré, onde fica a central do Banco do Nordeste do Brasil, foi maior que a contenção da direção burocrática. Cerca de 70% saíram em passeata, contrariando as ordens dos controladores do ato. Foi graças a essa cisão que a manifestação teve significado, uma vez que obrigou o governo a reprimi-la e assim mostrar seu rosto de opressores. Caso contrário, o ato passaria despercebido.

Na marcha, sem o controle dos conciliadores, os presentes puderam desenvolver as bandeiras revolucionárias contra o Mercosul. Gritavam-se as palavras de ordem, como "Chega chega de burguês, queremos o governo operário e camponês". Ou "Um dois, três, quatro, cinco mil, pela ditadura proletária no Brasil". O POR esteve na frente da marcha empunhando tais bandeiras. Ficou mais uma vez evidente que a burocracia se constitui numa trava à luta direta dos explora-

dos e ao conteúdo revolucionário da luta política. Também ficou claro que o caminho dos explorados é o de passar por cima dos conciliadores e potenciar o método da luta de classes.

Nacional



Novo escândalo do orçamento

A denúncia de que o deputado Pedrinho Abrão pediu propina pela inclusão no Orçamento Federal de obra da construtora Andrade Gutierrez ampliou a crise política. Ficou evidente o envolvimento do deputado,

e apareceram uma série de outras obras totalmente irregulares, com vício de licitação ou superfaturadas. Grande parte dessas obras foi incluída no orçamento pelo poder executivo, como pagamento pelas negociatas ao redor das votações de projetos do governo no parlamento. Foram destinadas na maioria aos estados de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, chegando aos 600 milhões de reais. E várias das obras apontadas pelo Tribunal de Contas da União como irregulares estão sob responsabilidade da Andrade Gutierrez. Das 38 obras condenadas pelo TCU, 14 são originárias do Ministério do Meio Ambiente, dirigido por Gustavo Krause, o mesmo que denunciou Pedrinho Abrão. O deputado Pinheiro Landim, testemunha contra Abrão, é autor de outra emenda retirada do Orçamento, que destinava 2,6 mi-

lhões de reais ao Hospital de Itapipoca (CE).

Esse episódio é mais uma prova de que a corrupção política e econômica está espalhada pelo corpo inteiro do Estado burguês. De nada adiantou a CPI do Orçamento, que puniu meia dúzia de anões e deu atestado de honestidade a dezenas de comprovados ladrões. Os parlamentares continuam manipulando as verbas do Orçamento como antes. O governo as utiliza nas negociações com as frações burguesas para aprovação de seus projetos. As empreiteiras dão propina para todos os lados, a fim de assegurar seus interesses e poderem superfaturar à vontade. Todos se acobertam para ninguém ser punido, nem se desgastar a imagem do "templo" da democracia burguesa: o parlamento, que Lenin chamou propriamente de "covil de ladrões".

As denúncias entre os gatunos acontecem em momentos de agravamento da crise política e econômica, e serve para que os lados em choque possam barganhar. No final das contas, o máximo que acontece é uma ou outra cassação de mandato.

Reformista ajuda a preservar covil de ladrões - Somente os Tribunais Populares podem julgar e punir de verdade

O deputado petista Hélio Bicudo está dirigindo a investigação sobre a denúncia de extorsão feita por Pedrinho Abrão. Diante do claro envolvimento de outros parlamentares na concessão de obras, fez questão de deixar claro que se tratava de um processo específico, isolado, que não

deveria envolver outros parlamentares. Com isso, Bicudo ajuda a livrar a cara de vários colegas, claramente envolvidos em casos semelhantes. Nem mesmo a demagógica CPI é reivindicada pelos reformistas, preocupados em assegurar a "governabilidade" e a estabilidade das "instituições democráticas".

O reformismo não pode ser conseqüente na denúncia e investigação da corrupção porque levaria a expor a realidade da roubalheira que predomina sobre o parlamento. Trata-se de um dos elementos constitutivos do Estado burguês. Esse instrumento de repressão, a serviço da garantia da exploração do trabalho, é manejado pelas várias frações do poder econômico, que para isso se utiliza da corrupção de todo tipo.

Nenhum organismo surgido do interior do Estado burguês vai julgar e punir de verdade os próprios capitalistas, não pode ser juiz e réu ao mesmo tempo. O exemplo da CPI do Orçamento de 1994 comprova isso.

Para julgar a burguesia corrupta, que se beneficia ilicitamente do dinheiro público arrancado dos assalariados, é necessário uma ação com total independência da classe burguesa, que só pode ser alcançada com a construção dos Tribunais Populares.

Trata-se de construí-los através da mobilização geral das massas em sua luta por suas reivindicações e contra a burguesia e seu governo. A partir das assembleias sindicais, populares, estudantis etc. indicar delegados submetidos às bases. Somente assim é possível condenar a burguesia por seus crimes de classe e puni-la com a ação de massa.

Natal - CPI da Sonegação

Crise ao redor do orçamento expõe devedores do ICMS e manipulação do governo

A Assembléia Legislativa debate o relatório da CPI da Sonegação do ICMS, que divulgará os 100 maiores devedores do imposto ao estado e a proposta orçamentária para 1997.

A lista mostra que são os grandes capitalistas os maiores sonegadores de impostos, que recaem sempre direta ou indiretamente sobre os assalariados. Com o calote dos capi-

talistas, o governo não conseguiu nem mesmo alcançar a previsão orçamentária anual de 1,5 bilhões. Assim, se reduziu o orçamento em 1997 para 1,4 bilhões. As conseqüências serão sentidas pelo funcionalismo, com arrocho salarial e demissões, e pela população em geral, que será submetida a menos saúde, educação etc.

A proposta orçamentária mostra que se destina 93 milhões à Secretaria do Trabalho e Promoção Social, dirigida pelo irmão do governador, e que é responsável pelo clientelismo e assistencialismo eleitoral. Enquanto isso, destina-se bem menos à educa-

ção, transportes e obras públicas.

Assim, o dinheiro arrancado dos assalariados pelos impostos será destinado na maior parte ao parasitismo financeiro e ao fisiologismo eleitoral. A CPI da Sonegação e a Assembléia Legislativa vão espernear e fazer conchavos. Os capitalistas continuarão caloteando e o governo manterá sua linha geral para o orçamento.

A defesa da educação, saúde pública etc e do funcionalismo depende da luta direta e unitária contra o governo aplicador do mesmo plano de fome e miséria de FHC.

Nacional



Qual é a crise do PT?

Antes das eleições municipais apresentarem seus resultados, o PT expôs sua crise ao delinear as disputas internas pelas candidaturas e determinar as alianças. No Rio de Janeiro, o diretório regional de rebelou contra a exigência do diretório nacional de apoiar o PDT. Em Diadema (SP), o racha entre as duas alas dominantes quase inviabilizou a candidatura e acabou golpeando o partido na região. Em Santos, o choque entre a ex-prefeita Telma e o prefeito Davi Capistrano chegou ao ponto da candidata rejeitar num primeiro momento a presença de Capistrano na campanha eleitoral. Em São Paulo, Lula fez pouco caso da candidatura de Erundina, porque seu preferido era Aloísio Mercadante. Praticamente, em toda parte as convenções municipais foram marcadas pelo clientelismo, arregimentação e todo tipo de corrupção política.

Depois das eleições, a tempestade não foi menor. Se no primeiro turno, o PT se saiu bem, no segundo, se afundou. A perda de municípios como Santos, Diadema, São José dos Campos e Ribeirão Preto, todos no estado de São Paulo, foi um terrível golpe. Completou o quadro o mal desempe-

nho de Erundina. Em outras partes do país não foi diferente.

Esse resultado contrariou os cálculos da direção do partido. Como o PT está direcionado a se integrar completamente na máquina do Estado, não pode sofrer reveses tão grandes como o do segundo turno. A direção e a maior parte dos militantes não conseguem ver que o PT foi derrotado em seus tradicionais redutos, a exceção de Porto Alegre (RGS), devido à rejeição de sua má administração capitalista. Então se desata um novo embate entre as correntes que dominam a burocracia partidária. A crise entre as facções é fruto da fusão do PT na máquina estatal capitalista.

O que mais chamou a atenção, no debate de balanço entre as correntes petistas, é que nenhuma delas toca nessa integração do partido no Estado e na conseqüente corrupção política e econômica do reformismo.

As alas mais à direita, majoritárias, concluem que o problema está exatamente na pouca inserção do PT na política capitalista. Por isso, dizem que o Partido deve abandonar posições do passado porque o Brasil é outro. O que quer dizer deixar de lado a demagogia anterior do socialismo ou

coisa que o valha. Também apregoam que é hora de rever a tática das alianças eleitorais. Quanto a isso, nada mais pretendem senão oficializar uma política de alianças sem fronteiras, como a que foi de fato aplicada nas eleições municipais.

A dita ala esquerda, constituída pela Democracia Socialista, Força Socialista e O Trabalho, não têm feito outra coisa senão coadjuvar com a direita francamente pró-capitalista e assegurar a unidade partidária em torno da tática de frente-popular e de governo democrático e popular. É graças a sua adaptação ao reformismo apodrecido e conciliador com a ofensiva neoliberal que ainda se mantém no PT, sem serem expulsos. Daqui para frente terão de se adaptar ainda mais ou serão excluídos. A idéia de Lula de se extinguir as correntes internas ao PT vem nesse sentido.

NACIONAL



O modo petista de governar

Distrito Federal. O governador Cristóvam Buarque informa aos funcionários públicos que receberão o 13º salário atrasado e parcelado, e que não haverá reajuste salarial. O pretexto é que a arrecadação do município subiu menos que a folha de pagamento. Os funcionários realizam manifestação e são reprimidos pela PM, que oculta formalmente o mandante da ordem.

Espírito Santo. A linha do governo de Vitor Buaiz é a de enxugamento da máquina do estado, bem ao estilo neoliberal. Redução do número de funcionários e do volume da folha de pagamento é um objetivo que tem sido levado a cabo pelo governador. Abre-se uma crise entre a bancada petista na Assembléia Legislativa e o governador. A direção do PT vem para tentar reduzir o conflito, mas o que se fala na reunião vaza e aumenta a crise petista, como, por exemplo, o reconhecimento por José Dirceu de que o partido não tem alternativa ao plano de FHC.

Jandiúis (RN). A Câmara Municipal aprova um aumento de 200% para o salário do prefeito da cidade, por proposição do presidente petista



Manifestação de funcionários no Distrito Federal se choca contra o governo petista

da casa. O reajuste elevou os gastos com pagamentos dos salários do prefeito, do vice e dos secretários para 10% da receita da cidade. O prefeito, envergonhado, afirma que doará entre 30% e 40% do salário para o Conselho Comunitário.

O modo petista de governar mostra-se idêntico ao modo fisiológico e corrupto dos outros partidos burgueses.

Aplica a mesma linha de destruição dos serviços públicos e enxugamento da máquina administrativa, em benefício de sustentar o parasitismo financeiro com os encargos das dívidas públicas.

PSTU e suas contradições

A nota do diretório municipal do PSTU de Belém (PA), explicando sua posição diante da formação do secretariado do prefeito do PT, Edmilson Rodrigues, mostra bem os dilemas do centrismo (política pequeno-burguesa que oscila entre o marxismo e o reformismo). O que é que o PSTU necessita esclarecer?

Na constituição do secretariado municipal, a direção majoritária do PT exigiu a incorporação do PPS (ex-PCB) e do PSB. O PSTU está contra por razões diferentes. No caso do PPS, critica o fato dos ex-estalinistas participarem "do gover-

no assassino de Almir Gabriel". Quanto ao PSB, porque é um partido dos latifundiários etc. Tudo indica que o PSTU se esqueceu de que o PT fazia parte do governo Raupp, em Rondônia, quando também houve o massacre dos camponeses, sendo que detinha a secretaria da agricultura. Igualmente se esquece de que em Goiânia fez aliança com o PSB, que saiu na vice da chapa de Martiniano.

Mas a contradição do PSTU não pára aí. Desde o primeiro turno das eleições municipais, a direção do PT impôs a presença do PPS e, no segundo turno, incorporou o PSB. Qual foi a atitude do PSTU? Foi o de romper com a Frente Belém Popular? Absolutamente não. O PSTU continuou a defender o voto no PT. Isso por considerar que se tratava de uma candidatura dos trabalhadores, através de

Edmilson Rodrigues. Vemos assim que para o PSTU basta que o candidato seja de extração do meio trabalhador para ser representante dos anseios dos explorados e se constituir numa alternativa progressista.

Assim, os centristas desvinculam a candidatura do programa do partido e das alianças que a sustentam. Não importa, portanto, se a tal candidatura expressa uma política de classe oposta ao do proletariado. Está aí a prova concreta da orientação oportunista do PSTU. Tanto no 1º quanto no 2º turno essa corrente votou na Frente Belém Popular. A discussão em torno dos cargos e a inexistência do conselho popular prometido pelos reformistas era e é mais do que esperado. Não passa de uma consequência da política burguesa frente-populista do PT.

Nacional

Natal

Privatização da Cosern será mais uma entrega

A Cosern, estatal de energia elétrica do Rio Grande do Norte, está sendo privatizada pelo governo estadual. Seguindo a linha do governo federal, prepara-se a entrega da estatal aos capitalistas.

O Grupo Rede, proprietário de companhias elétricas no sul e sudeste do país, está interessado na compra. O governo já acertou contratos de administração da Cosern através de programas desenvolvidos pelo próprio Grupo Rede. Assim, esse grupo capitalista poderá conhecer em detalhes a situação da empresa quando esta for a leilão, e tirar vantagens disso.

Os valores por ação oferecidos pelo Grupo Rede são de cerca de 50% do valor de mercado, que já é baixo. Algumas prefeituras do estado são proprietárias de ações e estão aproveitando o processo de privatização para se desfazerem dos papéis, negociando-os nas bolsas de valores.

O Grupo Rede tem buscado apoio do governo estadual para tentar impedir a venda de ações pelas prefeituras nas bolsas, porque isso está valorizando as ações da estatal. Certamente, políticos governistas terão "recompensas" por seus serviços contra a colocação das ações das prefeituras no "livre mercado".

A privatização da Cosern, além de estar envolvida em tramóias e se dar pela fraude, é parte da entrega das estatais aos capitalistas, para favorecê-los diante da crise econômica ao entregá-los grandes e lucrativas empresas. E em benefício do enxugamento da máquina pública, que na atual situação, para os capitalistas, deve se voltar principalmente a sustentar a especulação financeira.

As conseqüências serão a elevação dos preços dos serviços prestados pela estatal ao público, a demissão e arrocho sobre os funcionários.

Os trabalhadores devem se contrapor à entrega das estatais, exigindo das direções sindicais, populares e estudantis a formação de um comitê de luta contra a privatização e em defesa do estatismo sob controle operário.

Natal

O aumento da miséria no Rio Grande do Norte

O Estado do Rio Grande do Norte, como parte do nordeste brasileiro, vem constantando no seu dia-a-dia o aumento da miséria da população. Devido a isso se constata o ressurgimento da tuberculose. Nos anos de 1994 foram registrados 1434 notificações com 69 mortes e, em 1995, 1259 com 63 mortes. Atualmente, o Hospital Giselda Frigueiro, responsável por esse tratamento dispõe somente de 30 leitos para os casos mais complicados e todos estão ocupados. A própria imprensa burguesa informava que a faixa etária mais atingida está entre as pessoas de 20 a 49 anos, que vivem na miséria e em ambientes pouco espaçosos e se alimentam mal.

Como vemos, o RN é palco do retorno das doenças do início do século. Como também o cólera ainda existente no nosso estado. Há ainda uma epidemia da Dengue no interior do estado e na capital, Zona norte da cidade, onde há maior concentração da população carente. Quando vários bairros são atingidos, o governo noticia que a doença está sob controle.

Outro sintoma crescente da miséria é o desemprego. Principalmente na capital, com uma população de aproximadamente 700 mil habitantes, o desemprego atinge 15%. Com isso, há um aumento visível da violência, como assaltos, crianças de rua, pessoas pedindo comida etc. Como também a prostituição infantil, explorada pela cadeia de turismo do estado. A capital, tão propagandeada como a "cidade do sol", está morrendo única e exclusivamente por causa dos capitalistas exploradores.

Desde 1991, a prefeitura de Natal, comandada pelas oligarquias, instituiu-se uma festa chamada "Carnatal", que é o carnaval fora de época. Trata-se de uma festa para atrair a nata da burguesia. A festança obriga a prefeitura a dispendir grandes energias para acomodar a elite de turistas. A isso, os burgueses chamam de festa popular. Em realidade, tal monumental feito contrasta brutalmente com a miséria crescente da população. E o que se tem visto é que os milhões gastos pelos turistas vão para poucas mãos, onde se concentra a riqueza do estado. Para as massas populares, o que sobra é a tuberculose etc.



Covas continua implantando a reforma de destruição do ensino público

Após a primeira etapa de imposição da reestruturação da rede de ensino, que culminou com a divisão das escolas, fechamento de mais de 8 mil salas de aulas, eliminação de boa parte do 2º grau diurno, incluindo o magistério noturno, Covas preparou mais um pacote de medidas para dar continuidade à reforma da educação.

Tal pacote, que veio através de Resoluções da Secretaria da Educação, determinou o fechamento das poucas pré-escolas, das unidades que mantinham as suplências (antigo supletivo) e reafirmou o propósito de pôr fim ao curso noturno nas escolas que possuem o ensino de 1ª a 4ª série. A consequência dessa Resolução foi o fechamento de mais escolas e a eliminação do ensino noturno de 5ª a 8ª série. O que gerou uma corrida desesperada dos pais por uma vaga. Sem dizer que a matrícula para o 1º colegial está na dependência de um sorteio de vagas, que se efetivará no mês de janeiro.

Ao mesmo tempo que impôs as medidas de cortes de escolas e cursos, o governo publicou outra Resolução proibindo a repetência dos alunos. Para isso, estabeleceu o mês de janeiro para uma recuperação dos retidos. Dessa forma, a aprovação em massa é fundamental para a existência da reforma educacional. O mecanismo da recuperação dos retidos tem a função de reduzir as taxas de repetência como forma de sustentáculo das medidas que vêm sendo impostas pela reforma de Covas.

As mudanças na educação, que têm como essência a desobrigação do Estado para com o ensino público, que se materializou com a municipalização do ensino fundamental em vários municípios e com a ampliação das parcerias com as empresas privadas, nada mais são do que uma solução de liquidação da escola gratuita e de avanço do ensino privado. Tal reforma, que aparece travestida na chamada eliminação dos desperdícios de recursos, na solução dos graves problemas de repetência e evasão e na participação popular, não é senão a aplicação das medidas mais globais do plano neoliberal no país. Nesse sentido, corta-se gastos através da redução do número de escolas, dos baixos salários e se transfere para a iniciativa privada parte da rede pública.

A continuidade da Reforma educacional na região oeste da cidade de São Paulo

A região oeste de São Paulo é constituída de 127 escolas públicas. Desde o primeiro momento da reforma (final de 1995), vem sendo atingida com o fechamento de escolas, turnos e cursos. Com a implantação dessas resoluções, no final de 1996, continuou o fechamento de escolas. A exemplo da pré-escola experimental da Lapa, a EEPG Vicente de Paula, as suplências das escolas Portugal e Luiza Lopes, o Centro de línguas da escola Portugal, a transferência de todo um período para outras unidades, a eliminação de quase todo o curso noturno de 5ª a 8ª série e, por fim, o fechamento do período noturno nas escolas onde funcionam o ensino básico. Como se vê, são milhares de alunos que não conseguiram vagas e outras centenas de professores que serão dispensados por falta de aulas no início de fevereiro.

Diante dessas medidas, a regional da Apeoesp, que tem na coordenação os militantes poristas, propuseram e implementaram atos, manifestações nas delegacias de ensino, assembléias nas escolas como forma de combater a política destruidora da educação pública. Porém, teve de enfrentar a burocracia da diretoria da Apeoesp que nada fez para unificar a resistência dos alunos, pais e professores contra o fechamento das escolas e contra a farsa da recuperação dos retidos.

A diretoria da Apeoesp não moveu uma palha sequer para convocar uma assembléia e aprovar o caminho da luta e da unidade dos trabalhadores da educação e alunos. Acabou apostando na ofensiva do governo Covas e, com isso, enfraquecendo o pólo de resistência

direta contra as medidas privatistas. Essa política da diretoria deverá ser varrida do nosso meio para que possamos de fato enfrentar a truculência do plano neoliberal da educação.

Em fevereiro, no momento da atribuição de aulas e início do ano letivo, o problema das demissões e de falta de vagas para os alunos aparecerá com maior amplitude. Trata-se de vanguarda organizar um amplo trabalho de mobilização em defesa da escola pública, do trabalho, do acesso a todos os estudantes e pela derrubada da reforma antinacional e antipopular do governo.

OPERAÇÃO
Educação



Painel do POR no interior de São Paulo.

Só a estatização pode por fim à exploração do ensino e abrir as faculdades a todos

Educação

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, vai propor uma lei que obriga as faculdades particulares a publicarem balanços anuais e destinarem 60% das verbas a pagamento de professores. A medida demagógica do governo servirá como mais um elemento de propaganda em defesa da reforma do ensino em andamento.

Os donos de escolas privadas já se colocaram contra a idéia. Mesmo que aprovada, no entanto, de nada adiantará. Os donos de escolas, assim como outros capita-

listas, sabem perfeitamente como apresentar balanços fajutos para serem divulgados. Continuarão com seus altíssimos lucros, obtidos a partir da exploração do ensino. E os professores jamais verão 60% do orçamento investido em salários.

O direito democrático à educação é tolhido pela existência da rede de ensino privada. O ensino particular depende de que não seja possível o livre acesso à educação superior gratuita para existir e prosperar. Mas o Estado capitalista não pode arcar com o ensino público e os serviços sociais de um lado e o parasitismo financeiro de outro. Por isso, destrói o primeiro em benefício do segundo. E trabalha para assegurar que a exploração do ensino permaneça um investimento lucrativo para o capital,

protegendo-o.

A defesa do ensino público e gratuito para todos depende da luta pelo fim do ensino privado. Significa que cabe ao movimento estudantil empunhar a bandeira da estatização de todo ensino privado sem indenização e sob controle da comunidade. Trata-se do único caminho que permitirá levar ao livre acesso do ensino superior a todos, gratuito, sem vestibulares.

Trata-se de uma luta que se choca de frente contra as reformas neoliberais promovidas pelo governo. Começa em cada escola, mas implica na unidade entre estudantes, professores e funcionários com os trabalhadores, funcionários públicos, movimentos populares, sem-terras etc. contra o governo e seu plano.

Paraíba

O reformismo mostra seu reacionarismo no 15º Congresso Estadual da Educação

Nos dias 29 e 30 de novembro se realizou em João Pessoa o 15º Congresso Estadual dos Trabalhadores da Educação do Estado da Paraíba, tendo por tema: "Educação, Realidade e Perspectivas". Foram apresentadas três teses, a saber: "Novo Rumo para a Educação" (Tese 1), defendida por uma ala do PT (Democracia Socialista) e Independentes; "Gestão Resgate: Por uma (re)construção das práticas sindicais" (tese 2), apresentada por outra ala do PT (Articulação), gabinete do deputado Chico Lopes (PT) e PSTU; "Educação em Luta" (tese 3), defendida pela Corrente Proletária na Educação (POR). Como não poderia deixar de ser, imperou o sistema burocrático de tese-guia, sendo eleita para tal a

tese 1. Não é preciso insistir na má preparação do Congresso e no burocratismo que hoje caracterizam os sindicatos.

Um dos momentos mais calorosos da discussão foi quando a Corrente Proletária na Educação fez a crítica e o destaque se contrapondo à idéia da tese 1 que caracteriza que "as idéias socialistas estão em baixa". Eis a formulação feita pela Democracia Socialista: "É difícil defender qualquer proposta com perspectivas socialistas, pois o mercado das idéias do socialismo está em baixa". Os mandelistas (Democracia Socialista) acham que a idéia do socialismo é um problema de mercado. Somente os estúpidos pequeno-burgueses vendidos ao PT podem escrever tamanha besteira.

Não é por acaso que estes se mostraram raivosos contra o POR porque defendemos a estratégia da revolução e ditadura proletárias, e do consequente internacionalismo marxista. Os reformistas do PT, copiando Roberto Campos, nos acusou de "dinossauros". O que quer dizer velha espécie do marxismo. Tiveram a petulância de utilizar o argumento

de que o POR estava o Congresso da educação para defender o seu programa. Isso como se os reformistas não tivessem defendendo o seu programa de submissão dos trabalhadores em educação ao capitalismo e ao Estado burguês.

Foi bom porque demonstramos que a polarização do Congresso se dava em torno de duas estratégias opostas: a dos defensores da continuidade do capitalismo, através de utópicas reformas e a dos poristas que se aferravam em torno da estratégia proletária. A plataforma de defesa da educação e das condições de existência dos trabalhadores está condicionada à tarefa de elevar a organização e a consciência dos trabalhadores no sentido de derrubar o poder da burguesia e transformar a base econômica através da revolução social. Os reformistas, como se opõem a essa ligação, acabam se ajoelhando diante da reforma neoliberal do governo. Em nossas várias intervenções e apresentações de adendos, mostramos a íntima correlação existente entre as reivindicações elementares, a tática de luta e a estratégia revolucionária.



Declaração em defesa da democracia operária no SINTE-RN

Na última assembléia do SINTE-RN, dia 20 de novembro de 1996, em que um dos pontos da pauta foi a eleição de delegados para o XXVI Congresso da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e concorreram quatro chapas, um das quais encabeçada pela Corrente Proletária na Educação, que obteve um percentual de votos que lhe deu direito de enviar um delegado ao referido congresso.

A direção majoritária do SINTE-RN, desrespeitando o princípio da proporcionalidade, retirou da lista de delegados eleitos, na referida assembléia, o nome do delegado da Corrente Proletária na Educação, o que não há justificativa para tal atitude praticada. Pois o argumento utilizado pela direção majoritária foi de que a Corrente Proletária deveria alcançar na assembléia dez por cento, segundo o estatuto da CNTE. Ao ser confirmada a não exigência dos dez por cento no estatuto da CNTE, a eleição de delegados ficou submetida ao estatuto SINTE-RN, no Artigo 119 "DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS", que faz a seguinte ressalva: "A escolha de delegados para representar a categoria ou o Sindicato em eventos municipais, estaduais e nacionais observará a proporcionalidade de votos que cada chapa vier a obter no âmbito da respectiva votação".

Somente uma direção encurralada e burocrática pode, simplesmente porque tem maioria na direção, cometer tal

autoritarismo, inclusive desconsiderando as correntes minoritárias (CSC, MTS, MTM), as quais se solidarizaram com os companheiros do POR, é capaz de violar o estatuto do SINTE-RN e a vontade soberana da assembléia de base.

Como se vê, a única justificativa é vetar politicamente as posições minoritárias. Trata-se de um cerceamento ideológico que deve ser rechaçado por toda a categoria, pois se constitui num golpe burocrático que atinge a democracia do SINTE e toda a categoria, não somente a Corrente Proletária na Educação.

Hoje foi a Corrente Proletária na Educação, amanhã pode ser outras correntes minoritárias que expressam no interior do SINTE-RN. Desse modo, nós abaixo vimos defender a democracia operária no SINTE-RN e exigir a inclusão do delegado eleito pela Corrente Proletária na Educação para participar do XXVI Congresso da CNTE, na assembléia do dia 20 de novembro de 1996.

ASSINAM:

**Corrente Proletária na Educação
Movimento pela Tendência Socialista
Corrente Sindical Classista
Movimento pela Tendência Marxista**

OPERARIAS
EDUCADORAS

Funcionários de Escola

Organizar a Luta Contra as Privatizações

No dia 12/12, os funcionários de escola estiveram na Assembléia Legislativa, para passar aos deputados um cartão de natal e mostrar a eles (será que se sensibilizaram?) a nossa situação de miserabilidade.

Este ato foi aprovado em uma assembléia que tirou como forma de luta (somente esta forma), pressionar os corruptos deputados.

Claro que, em uma quinta feira à tarde, poucos funcionários deixariam seu trabalho para pressionar deputados. Mesmo dessa maneira havia no ato aproximadamente 60 pessoas. A manifestação teve o esperado: demagogia, demagogia... de resto voltamos para as escolas e a realidade continuou a mesma, fechou-se escolas, diminuiu-se vagas e a implantação da municipalização é a realidade mais próxima.

A escola e o funcionário de escola

Já se formaram várias parcerias entre o estado e o município. Nessas parcerias, os funcionários da educação ficarão à disposição do estado ou serão cedidos às prefeituras, tudo dependerá da "boa vontade" das negociações. Se ficarem à disposição do estado, serão transferidos por *ex-officio* para as escolas de 2º grau, não tendo direito de escolha, aquele que não aceitar será obrigado a se exonerar.

O emprego do funcionário de escola está por um fio. Um emprego com baixos salários, sobrecarga de trabalho, com o governo tirando aos poucos os direitos conquistados (como o recesso neste final de ano). Mas tudo isto não

basta, o governo tem que deixar desempregados centenas de trabalhadores. Segundo este, para diminuir os gastos públicos - certamente não somos os responsáveis pelos gastos - mas as medidas do governo terão que ser colocadas na prática, pois este é um governo que responde às ordens do Banco Mundial e a meta é diminuir as responsabilidades do estado com os serviços sociais.

A posição da burocracia sindical (diretoria)

Aprendemos que os sindicatos devem exercer pressão de força contra os patrões, para obrigá-los a manter o nível de salários e o emprego. Mas o que se passa com a diretoria da AFUSE não é isso, esta não cumpre a suas funções sindicais, enquanto nosso salário é de 150,00 reais, as demissões de todas as formas (voluntária, involuntária, contratações por período determinado etc.), a diretoria somente está preocupada com a sua sobrevivência. Diante da municipalização, tem apenas a preocupação com a diminuição da categoria (que reduzirá o número de sócios e consequentemente seus privilégios).

Com os trabalhadores, utilizam-se das demagogias parlamentares, que sem mobilização de massa não surtem efeito.

O que fazer diante da municipalização e da paralisia da burocracia sindical

A burguesia no nosso país vem demonstrando sua incapacidade de manter os serviços públicos, se vê obrigada

pelo banco mundial e o imperialismo a colocar as reformas de privatizações. A municipalização, que é parte destas medidas, é um modelo para toda a América Latina, de venda da educação pública e dos serviços sociais (saúde, empresas estatais etc.), a solução encontrada pelos burgueses é de deixar os trabalhadores apenas com as migalhas. Por isso a luta contra as medidas privatizantes não deve ser tímida, precisa dar respostas do conjunto da classe operária, e esta resposta é a luta de rua, unificada, de massa.

Para isso temos ainda a tarefa de tirar das mãos da burocracia sindical a direção do sindicato, por que esta tem colaborado com a burguesia, tendo ilusões nas medidas colocadas (procura defender o que diz ser bom). Cabe aos trabalhadores da educação exigir assembléias conjuntas, rejeitar todas as formas impostas pelos burgueses e convocar a classe operária para defender a educação pública imediatamente.



Apeoesp novamente se curva perante a reforma neoliberal de Covas

A Secretaria da Educação de SP publicou no Diário Oficial, em 18.12.96, a resolução SE 183/96, instituindo classes de recuperação para os alunos retidos de 1ª a 8ª séries do 1º grau durante o mês de janeiro de 97. A resolução determina que cada Delegacia de Ensino será responsável pelo projeto de recuperação e avaliação e que qualquer professor, com ou sem vínculo com a rede estadual, poderá se inscrever para essas aulas e que os professores selecionados terão dois dias de treinamento. As aulas oferecidas serão em escolas pólos, também definidas pelas DEs. Define que os professores coordenadores pedagógicos estão convocados para acompanhar os estudos de recuperação nas férias escolares, ainda que haja apenas uma unidade escolar pólo no município.

Esta resolução vem no sentido de atenuar as altas taxas de reten-

ção em SP no 1º grau. Rose Neubauer, secretária da educação, em seu último encontro com o Banco Mundial/BIRD, pressionada pelos mandantes da reforma educacional, tratou de forjar novos mecanismos de avaliação para reduzir as altas taxas de retenção. Daí o projeto de "recuperação, da recuperação da recuperação", que nada mais é que uma versão deformada do projeto petista reformista de Santos de "recuperação nas férias", que também mostrou sua falência. Pois a falência da educação não será resolvida com medidas pedagógicas. A solução depende da mudança radical na economia semicolonial, na qual a educação é reflexo. A reforma neoliberal aplicada por FHC/Covas na educação tem aniquilado mais ainda a débil educação. E portanto, os mecanismos de avaliação só têm servido para atestar essa falência e não para melhorar o quadro drástico. Por isso, a secretária da educação do governo do PSDB é obrigada a impor mecanismos cada vez mais fajutos, que maqueiam os dados como querem os seus amos dos países imperialistas.

Tal medida gerou um descontentamento numa parcela da categoria que se sentiu novamente pisoteada pelos organismos do governo. Esse descontentamento obrigou os reformistas da Apeoesp a se posicionar dubiamente, já que é favorável ao

"projeto pedagógico". E qual foi sua conduta?

Na imprensa manifestou sua pequena crítica quanto ao projeto pedagógico, reclamando que o governo não está aplicando medidas consistentes no combate à retenção. Ao mesmo tempo, enviou fax às subsedes com orientação jurídica, alertando aos professores que se inscreveram para trabalhar, que a classificação deve ser de acordo com o "estatuto do magistério". Quer prova mais concreta da aceitação da resolução do governo?

Algumas regionais, na leste Penha por exemplo, alguns conselheiros da articulação vão trabalhar para o governo. Outros, além de aceitaram a proposta da flexibilização da jornada feita pela DE (descontar esses dias durante o próximo ano) tentam convencer os demais professores a fazer o mesmo, já que "é difícil mobilizar nas férias". Ora, o governo pode mobilizar nas férias, só o sindicato que não!

Como se vê, novamente a burocracia sindical impede uma ação conjunta da categoria para combater a reforma destruidora do ensino. Deixa a cargo de cada subseção, ou de cada professor a decisão, e com isso, o governo está de mãos livres para impor a reforma, pois conta com a ajuda dos reformistas traidores para tal tarefa.

PAS - Medida Privatizante da Saúde Pública

O Plano de Atendimento à Saúde (PAS), implantado pelo prefeito Paulo Maluf, apresentado como para melhorar o atendimento médico em hospitais e postos de saúde, nada mais é que o caminho para a privatização do setor.

Com quase três anos sem investir nos serviços sociais (Educação e Saúde) a prefeitura teve dinheiro suficiente em caixa para implantar o plano.

Os servidores municipais, que eram contrários ao plano, foram afastados sumariamente para cargos burocráticos em outras secretarias.

Os servidores estaduais que prestavam serviços em unidades da prefeitura (cerca de 1.400) foram devolvidos ao estado em março e não recebem, desde então, a Gratificação Especial de Atividade (G.T.A), prêmio de incentivo e adicional de insalubridade.

Com dinheiro em caixa e os servidores

afastados, a prefeitura liberou as contratações de médicos e funcionários com a proposta de bom nível salarial.

As contratações, sem nenhum vínculo legal, transformaram os funcionários e médicos em trabalhadores autônomos, sem direito a férias, 13º e demais direitos garantidos pela C.L.T.

Os salários variam de R\$ 1.000,00 para Auxiliares de Enfermagem a R\$ 10.000,00 para os médicos.

Os altos salários, que atraíram centenas de profissionais, passaram pelo crivo político, onde os aspirantes deveriam trabalhar na campanha eleitoral do candidato à prefeitura do PPB e de seus candidatos a vereador.

Os escândalos de corrupção e superfaturamento das verbas deixaram claro o caráter privatizante do plano.

O que antes era uma boa proposta salarial, impõe-se de maneira autoritária aos cadastrados: a diminuição dos salários em 40% e o contrato temporário, sujeito à renovação ou não nos limites estabelecidos pelo governo federal.

O PAS é forma encontrada pelo prefeito Paulo Maluf de privatização da saúde pública.



A História do Trotskismo no Brasil

A Greve dos 300 mil

No último número do *Jornal Massas* vimos, a partir de 1951, a divisão da direção da *IV Internacional* entre a fração pablista, no *Secretariado Internacional*, que propunha um entrismo *suis generis* no estalinismo, e a fração que formará o *Comitê Internacional da IV Internacional*, que passará a funcionar mais como uma federação do que como um partido. Diante dessa situação, Sacchetta e o *Partido Socialista Revolucionário* rompem com a Quarta e, pouco depois, se dispersam, muitos entrando para o *PSB*. O fato de romperem com os dois grupos que se auto-intitularam continuadores do pensamento de Trotsky, não é um mal em si, vários outros grupos fizeram o mesmo, como por exemplo o *Partido Operário Revolucionário* da Bolívia, mas, enquanto o *POR* soube manter - apesar do isolamento - os princípios do trotskismo, o *PSR* se dispersou, o que demonstra mais uma vez a falta de embasamento programático, principalmente sobre como ajustar o *Programa de Transição* à realidade nacional e como construir uma organização à altura deste programa, isto apesar dos vários acertos que tiveram frente ao estalinismo.

A grave crise do final de 1952 foi amplificada pelo temor da burguesia com a política populista de Getúlio Vargas. A própria oligarquia latifundiária e a imprensa iniciam uma investida aberta contra Vargas.

Já os operários começaram a exigir melhores salários, condições de trabalho etc., aumentando o número de greves e de protestos contra o congelamento de salários (que ocorreu entre 1947/51) e da conseqüente elevação do custo de vida.

No dia 10 de março de 1953, seguindo decisão de sua assembléia, 8 mil operários têxteis realizaram uma manifestação pelo centro das ruas de São Paulo, para pressionarem a patronal a abrir negociações. Como esta recusou-se, inicia-se a greve. Dias depois, em 26 de março, os metalúrgicos aderiram à luta.

Os choques entre grevistas e policiais foram constantes. Os operários reforçaram os piquetes nas fábricas e formaram comitês de autodefesa. Por seu lado, o governo do estado recorreu ao II Exército, mas este, sob orientação de Vargas, que não queria se colocar como o repressor do movimento, e se colocaram como observadores. A direção do movimento (estalinistas e socialistas) se viram surpreendidas com a radicalização das bases. Reconhecendo a fraqueza de suas direções, passam a organizar as *comissões de greve*, grupos organizados em torno de 30 a 40 operários, que organizavam os piquetes, e que eram coordenadas pelo *Comitê Central de Greve*.

No dia 31 de março, a repressão paulistana procurou dissolver uma massiva manifestação na Praça da Sé, com extrema violência, onde os

operários responderam a altura. O combate se alongou das 16 às 20 horas, e resultou em centenas de prisões. No dia seguinte, mostraram que não se intimidaram, passando a ocupar as fábricas. Até este dia, tinham entrado no movimento os plásticos, marceneiros, vidreiros, e quatro indústrias metalúrgicas de Osasco.

Os setores da classe média organizam grupos de solidariedade. Num ato na *Faculdade de Direito do Largo S. Francisco*, médicos ofereceram serviços gratuitos aos operários e suas famílias e comerciantes ofereceram alimentos.

Numa assembléia conjunta no dia 3 de abril, as direções tendiam a aceitar um acordo, mas os comitês de greve e as bases votaram por continuar o movimento. A partir daí, a greve ganha força no interior paulista: Taubaté, Santos e Sorocaba entram na luta.

Em 15 de abril, as bases decidiram que retornariam ao trabalho com 35% de aumento (o inicial era 60% e a patronal oferecia no máximo 23%), libertação dos presos, não desconto dos dias parados, garantias contra represálias. A burguesia e o governo cedem e as categorias vão voltando ao trabalho até 26 de abril.

Esse ascensão das massas fez com que uma parcela dos trotskistas dispersos se organizassem em torno do *Bureau Latino Americano da IV Internacional*, dirigida pelo (por enquanto pablista) Posadas, que funda o *Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT)* do qual falaremos posteriormente.

Nacional



Painel do POR no interior de São Paulo.

O caráter da revolução no Brasil

O Brasil se caracteriza por ser um país capitalista semicolonial. Isto é, um país que não alcançou o desenvolvimento pleno das forças produtivas e que se mantém subordinado às potências imperialistas. Sua estrutura econômica combina o que há de mais avançado na produção industrial com formas extremamente atrasadas pré-capitalistas. A coexistência do capitalismo industrial com formas de pré-capitalismo dá-lhe a fisionomia histórica.

A produção altamente tecnificada e com grande potencial produtivo se concentra fundamentalmente nas regiões Sudeste/Sul. E, dentro dessas regiões, se concentra no estado de São Paulo. O restante do país, Centro-Oeste/Norte/Nordeste, que abrange a maior extensão territorial do Brasil, se mostra desindustrializado. Somente em alguns pontos se tem algum pólo industrial. A base agrária permanece com um peso decisivo. E não quer dizer uma agricultura amplamente mecanizada. Também nesse caso a agro-indústria se localiza em alguns pontos bem determinados.

Os métodos arcaicos de produção agrária, que não ultrapassam o arado, resistem tenazmente, apesar da implantação de pólos agroindustriais moderníssimos em algumas regiões. Há uma grande massa de camponeses minifundiários, principalmente no Nordeste, que praticam a agricultura de subsistência. O trabalho familiar expressa traços de pré-capitalismo. É parte dessa realidade a presença de nações indígenas, algumas delas continuam nômades, sobrevivendo da economia puramente natural.

A estrutura geral agrária está condicionada pelos imensos latifúndios, que abrangem a quase totalidade das terras agricultáveis, sendo que sua maior parte permanece improdutivo. Fundidos a eles e subordinados, estão os milhões de minifúndios, cuja área é relativamente insignificante. Dessa forma, as forças produtivas agrícolas não puderam se desenvolver plenamente. Estão encarceradas pelos latifúndios inutilizados e pela pequena propriedade camponesa pré-capitalista.

As regiões marcadas pela industrialização contam com a presença decisiva do capital imperialista. As multinacionais controlam os ramos fundamentais da economia. Na forma de monopólios, determinam a fisionomia da estrutura econômica de todo o país. Exploram ao máximo o que há de mais rentável, avançam a acumulação monopolista e inibem o desenvolvimento harmônico do restante das forças produtivas.

Verificamos assim que um país de força de trabalho tão abundante não pode utilizá-la em grande escala. A renda média per-capta é baixíssima e a renda per-capta regional é absurdamente desequilibrada. São indicadores do atraso capitalista, da

coexistência de formas de produção distintas.

No seu interior, se movimentam relações sociais de acordo com tal estrutura. Uma massa de camponeses é mantida na mais absoluta pobreza e atraso cultural. Vem se formando um contingente crescente de sem-terras e sem-trabalho, enquanto que cresce a utilização do trabalho infantil e se conserva formas servis de exploração. Nos centros urbanos, proliferam-se as favelas, a indigência e os sem-tetos. Contrastando com a miséria absoluta de milhões, manifesta-se uma extraordinária concentração de riqueza e de propriedade nas mãos da minoria exploradora. Esse quadro social tende a se agravar cada vez mais com a crise estrutural do capitalismo, que é de ordem mundial, e com o saque imperialista.

O atraso do Brasil não se constitui em uma realidade à parte da economia mundial. Ao contrário, expressa a desigualdade existente entre a maioria das nações capitalistas oprimidas e a minoria imperialista. Seu desenvolvimento corresponde à etapa última de capitalismo, que é a fase superior do imperialismo. O que quer dizer que não poderá mais sair de sua condição de país atrasado e solucionar minimamente a crise social interna nos quadros do capitalismo.

Historicamente, sua economia foi estruturada de fora para dentro pelos colonizadores, que para implantá-la tiveram de dizimar as nações primitivas, que ainda estavam no estágio do comunismo primitivo. Organizou-se originariamente uma economia pré-capitalista baseada no trabalho escravo e na produção agro-exportadora. Avançou-se com o tempo para a forma capitalista dominante, sem contudo poder se livrar de relações arcaicas de produção e da forma de propriedade latifundiária.

O Brasil alcançou finalmente a independência formal, livrando-se do jugo colonial, consituindo-se assim em Estado nacional. Porém, manteve-se atado ao domínio externo das metrópoles capitalistas, que assumiram a forma imperialista do capital financeiro. Assim não pôde marchar livremente e superar a condição semicolonial.

Essas características impõem o caráter das transformações necessárias pelas quais o Brasil terá de passar. Ou seja, para se libertar do atraso, da opressão imperialista e para resolver o problema da miséria das massas é preciso sofrer uma mudança histórica radical. A burguesia será derrubada do poder político e econômico pela revolução proletária. Uma revolução de maioria nacional oprimida, dirigida pelo proletariado.

Dentre os explorados, a classe operária é que pode implantar um programa revolucionário, que resolva as tarefas democráticas pendentes do país atrasado (como a independência nacional frente ao imperialismo, a nacionalização e entrega das terras aos camponeses pobres, fim do analfabetismo etc) no bojo das transformações socialistas. Por isso, dizemos que as transformações sociais no Brasil entrelaçarão as tarefas históricas de uma revolução democrática, que a burguesia nacional não poderá realizar, com a revolução socialista, portanto, proletária.

Sem a expropriação revolucionária dos latifúndios e da grande propriedade industrial, bancária e comercial, não será possível independizar o país da opressão imperialista, livrá-lo do parasitismo da oligarquia nacional, atender as necessidades da maioria trabalhadora e impulsionar as forças produtivas bloqueadas pelo capitalismo putrefato. A revolução antiimperialista e anticapitalista terá esse conteúdo.



Sequestro no Peru

Que Fujimori atenda imediatamente às reivindicações do Tupac Amaru

A ocupação da embaixada japonesa em Lima, no Peru, pelo grupo Tupac Amaru e o seqüestro de centenas de diplomatas de vários países tem ocupado o centro do noticiário internacional. O grupo reivindica a libertação de mais de 400 presos políticos, militantes do Tupac Amaru, mantidos atrás das grades pelo governo ditatorial de Fujimori.

O governo Fujimori é uma autêntica ditadura civil, com apoio dos militares peruanos e do imperialismo norte-americano. Durante seu primeiro mandato, fechou o parlamento e passou a governar ditatorialmente, apoiado na repressão. Aplicou a linha ditada pelo imperialismo à economia (neoliberalismo), levando o país a se submeter ainda mais ao capital estrangeiro e às multinacionais. Desfechou um ataque aos movimentos guerrilheiros (em especial ao Sendero Luminoso e ao Tupac Amaru), prendendo várias lideranças e centenas de militantes. Nos últimos meses, avaliava como vencida a guerra contra a guerrilha e passou a cortar recursos da repressão, na linha de enxugamento dos gastos públicos.

O Tupac Amaru organizou o seqüestro para obrigar o governo a negociar a libertação dos presos políticos. Inicialmente, os governos japonês e peruano deram sinais de que negociariam a libertação de presos e o resgate, contando com apoio de outros países. Mas bastou a declaração do representante norte-americano de que nenhuma concessão deveria ser feita aos seqüestradores para mudar a posição da maior parte dos governos sulamericanos, que de pronto passaram a declamar a posição norte-americana. A submissão dos governos dos países semicoloniais nessa questão comprovou mais uma vez a sua submissão política e econômica ao imperialismo americano.

O autêntico marxismo sempre se diferenciou e criticou o foquismo guerrilheiro. Isso porque entende que a luta contra a opressão política e social só pode ser conseqüente se travada pelas massas oprimidas. "A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores", ou não acontecerá. A luta armada, que defendemos, é travada pelas massas insurretas, munidas de um partido-programa que encarna a experiência do proletariado mundial e nacional teorizada, e não por um grupo que se coloque acima delas e que não tem forças suficientes para destruir a ditadura de classe burguesa. É bem fre-

qüente entre os grupos foquistas, que desprezam a luta programática e rejeitam a tarefa de fazer as idéias revolucionárias penetrarem fundo nas massas e possibilitar sua luta geral anticapitalista, tenham uma política que aponta para a defesa da democracia burguesa e com ela a manutenção da opressão de classe. O foquismo entende que é possível uma ação revolucionária à margem das massas, desde que seja feita por um grupo bem treinado.

Apoiamos incondicionalmente a luta dos tupamaros pela libertação dos presos políticos. Trata-se de uma reivindicação democrática de liberdade política, contra a perseguição política que move o governo capitalista ditatorial contra toda a esquerda. É tarefa de toda corrente que se reivindique do movimento operário apoiar toda luta contra a opressão política e social, independente das divergências políticas. Chamamos todas as correntes políticas que se reivindicam do movimento operário a se juntarem para reivindicar do ditador Fujimori que atenda às reivindicações do Tupac Amaru e liberte imediatamente todos os presos políticos.

Internacional



O embaixador brasileiro no momento de sua libertação. falava à imprensa internacional e dizia que integraria uma comissão de negociação. Depois, veio embora para o Brasil, para não contrariar a política norte-americana de não-negociação com seqüestradores.



Bolivia:

O problema que se destaca:

O que fazemos se as leis do governo antinacional e vendepátria são aprovadas pelo circo parlamentar?

Não fechar os olhos

O ditador Goni impôs que o circo parlamentar aprove a Lei de Aposentadorias como está projetada. E assim se fará.

A burocracia cobista titubeia entre lançar algumas marchas e esforçar-se em buscar entendimento com os deputados e senadores burgueses para dar espaço ao tratamento parlamentar e conseguir um acordo político com o inimigo de classe.

Sabemos que a velha previdência social (corrupta e ineficiente) e também o projeto gonista (a serviço das transnacionais) não satisfazem às exigências nem as necessidades dos explorados e oprimidos.

A burocracia se esqueceu disso e se esforça por enterrar a tradicional colocação operária sobre o tema: uma previdência social universal, integralmente custeada pelos empresários e pelo Estado e que deve estar administrada coletivamente pelos diretamente interessados nela, quer dizer, pelos trabalhadores.

Esta é a realidade que temos de enfrentar.

Os burocratas têm ajudado o governo burguês a impor sua vontade. Amanhã a previdência social estará concentrada nas mãos das transnacionais, a quem não interessa o destino dos bolivianos, mas simplesmente ganhar a maior quantidade possível de dinheiro.

É preciso dar a resposta a esse fato concreto e tangível.

Os maus dirigentes esqueceram que nossa concepção de previdência social é diametral-

mente oposta à que tem a burguesia e seus servos. A diferença é qualitativa e por isso não há lugar para um acordo com o governo nesse terreno.

Acabar com o circo parlamentar

A oposição burguesa e os "esquerdistas" que estão dentro dele discordam do plano do governo movimentista sobre a lei de aposentadorias em alguns aspectos, inclusive em alguns secundários. Para eles, é compreensível que se empenhem em conseguir uma ou outra retificação do documento antes que se desencadeie o funcionamento do circo. Esta é uma observação marginal, porque o circo já está funcionando.

É equivocada a proposta de prolongar a discussão parlamentar ao redor das propostas de Goni. Não é isso que buscamos. Nosso objetivo é sepultar todas as leis antipopulares e antinacionais do governo burguês e isso somente pode ser possível se também sepultamos o governo.

O correto é que agora partamos do convencimento da aprovação de mais uma lei maldita.

Os burocratas sindicais aconselham a ir reivindicar diante da Corte Suprema para decretar ilegal o que faz o parlamento. E outras vezes nos dizem que tudo acabará bem se oprimos a desobediência civil.

Isso é tolice. O que temos de dizer e fazer é que as leis que aprova o parlamento a serviço de Goni, agente do imperialismo, sejam sepultadas pelas massas, mediante a ação direta e empunhando os fuzis. Não nos limitaremos a paralisar a economia do país, e sim marcharemos (o povo todo sob direção política do proletariado) para expulsar a pontapés Goni e todos os seus serventes, inclusive seus opositores burgueses.

Extraído do Masas 1541, do POR boliviano

Consumada a infâmia. E agora?

O povo radical contra o bloco governista burguês e burocrata estalinista

Não se trata apenas que o circo parlamentar - manejado pelo ditador Goni-Patiño - tenha aprovado a Lei Maldita de Pensões, mas que procedeu assim quando tratou das outras leis igualmente malditas.

Não nos enganemos, é contra todas elas que temos que lutar e não somente contra uma delas. Isso se queremos ser livres e expulsar do país as multinacionais saqueadoras e escravizadoras.

O povo tem dado

sua vontade de sepultar as leis malditas e o governo burguês. A pena máxima não foi executada pelo trabalho traidor da burocracia.

O governo burguês pode seguir impondo suas leis porque conta com o apoio da burocracia estalinista.

Nada de diálogo nem cooperação com a burguesia. Ação direta. Paralisação do país. Luta Armada. Revolução Social!

Os burocratas buscam continuar enganando as massas - isso para salvar a burguesia e seu governo - com tal finalidade lançam medidas distracionistas como a de pleitear diante da Corte Suprema, convidar o novo minis-

tro do trabalho para que se sente a dialogar incansavelmente com eles. Seu "radicalismo" se limita ao terrorismo verbal, pois seguem projetando algumas marchinhas, protestos, intervalos na greve de fome etc.

Em resumo: os estalinistas contrarrevolucionários se limitam a lançar frases, ameaças ridículas, mas têm decidido não passar à ação.

As massas radicalizadas devem usar seus próprios métodos e não o eleitoralismo. As bases devem acabar com a burocracia. Soldar-se com os militares revolucionários.

Extraído do Masas boliviano nº 1543, de 06/12/96

Internacional

